

DESAFIOS À ÉTICA CRISTÃ¹

Pe. Dr. Edelcio Serafim Ottaviani

1. ABORDAGEM DA TERMINOLOGIA ÉTICA CRISTÃ

1.1 Definição do termo Ética e sua distinção do vocábulo Moral, a partir das análises etimológicas de Henrique de Lima Vaz e Adolpho Sanchez Vázquez. Determinação do que venha a ser Ética

No capítulo intitulado "Fenomenologia do Ethos", do segundo tomo de *Escritos de Filosofia*, Henrique de Lima Vaz procura aprofundar o sentido deste termo que, embora utilizado compulsivamente nos meios acadêmicos e científicos, apresenta-se não tão bem compreendido.

Afinal, o que queremos dizer quando observamos a atitude de alguém e o interpelamos dizendo: "Isto não é ético!?" Queremos dizer que sua atitude não corresponde às normas morais e às leis estabelecidas ou pretendemos dizer algo mais?

Jesus de Nazaré, por exemplo, por várias vezes transgrediu os costumes e as leis de sua época ao curar em dia de sábado. Qual cristão ousaria dizer que ele não era ético ou não agiu eticamente? Nesse sentido, é ético infringir as normas ou é ético cumprir literalmente as leis?

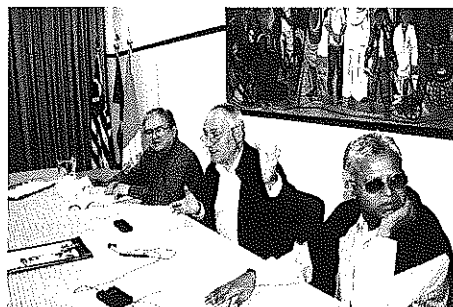
Não podemos negar que tais questões nos suscitam uma preocupação sobre a utilização dos termos empregados em certas afirmações e as conclusões morais que delas formulamos. Portanto, para que possamos minimizar ao máximo a margem de erro na aplicação e utilização do conceito e alcan-

¹ Conferência ministrada na Igreja Presbiteriana Independente (São Paulo, 05 de outubro de 1999).



Aconteceu na Faculdade Assunção, nos dias 12 e 13 de junho, um encontro com os teólogos e teólogas da Revista Concilium sobre o tema "Teologia Hoje: desafios, debates e tendências".

Estiveram presentes, como conferencistas, a Profa. Dra. Elza Tamez (México), Profa. Dra. Teresa Okure (Nigéria),



Prof. Dr. Sean Freyne (Irlanda), Prof. Dr. Giuseppe Ruggieri (Alemanha), Prof. Dr. Cristoph Theobald (França),

Prof. Dr. Virgilio Elizondo (USA), Prof. Dr. Felix Wilfred (Índia) e Profa. Dra. Regina Ammicht Quinn (Suíça).



caros um maior rigor em nossas reflexões, Lima Vaz nos convida a uma análise etimológica do termo, a fim de podermos falar com maior segurança nesse terreno fascinante e não menos inquietante que é a Ética.

Segundo este filósofo, a palavra Ética tem a sua origem em dois vocábulos gregos: ἦθος (com *eta* inicial) e ἔθος (com *épsilon* inicial). Etimologicamente falando, ἦθος significa a *morada do homem*, bem como do animal em geral². Num sentido mais amplo, poderia também significar a casa do homem, extrapolando o sentido restrito de οἶκος (casa) como sala ou construção visando um abrigo, e se configurando como um lugar de estada permanente e habitual, um abrigo protetor onde se desenvolve um esquema praxeológico durável, quer dizer: um estilo de vida e de ação³. O ἦθος se apresenta então como um *modo de ser* com vista à permanência, instituído pelo homem, para fugir ao caráter efêmero da *physis* (natureza). O domínio da *physis*, marcado ao mesmo tempo pela *efemeridade* e pela *necessidade* da repetição - pois todas as coisas nascem e morrem no círculo ininterrupto de geração - é rompido pela abertura do espaço humano do *ethos* no qual se inscrevem os costumes, os hábitos, as normas e os interditos, os valores e as ações. Como nos diz Henrique de Lima Vaz: O espaço do ἦθος enquanto espaço humano, não é *dado* ao homem, mas por ele *construído* ou incessantemente reconstruído. Nunca a casa do ἦθος está pronta e acabada para o homem, e esse seu essencial inacabamento é o signo de uma presença a um tempo próxima e infinitamente distante, e que Platão designou como a presença exigente do Bem, que está além de todo ser (*ousia*) ou para além do que se mostra acabado e completo (Ἐπέκειρα τῆς οὐσίας) PLATÃO: *Rep.* VI, 509b⁴.

No que se refere à aplicação do termo ἔθος (com *épsilon* inicial), ele é utilizado para designar o *comportamento* que resulta de um constante repetir-se dos mesmos atos: “É o que ocorre freqüentemente ou quase sempre

(*pollákis*), mas não sempre (*aei*), nem em virtude de uma necessidade natural”⁵. Ele se opõe ao impulso do desejo. Segundo Lima Vaz, é possível que Kant tenha concebido a sua ética a partir desta segunda acepção, através da qual só têm um valor moral os atos que denotam um esforço pessoal do agente em fazer o que tem de ser feito, opondo-se à sua vontade natural que teima em não fazê-lo. Este domínio de si mesmo em vista de um bem “perfeito”, quer dizer, da suprema felicidade, Aristóteles o denominou de ἀδταρκεια.

Entre o processo de formação do hábito e o seu tempo como disposição permanente para agir de acordo com as exigências de realização do bem ou do melhor, o ἔθος se desdobra como espaço da realização do homem, ou ainda como lugar privilegiado de inscrição da sua *praxis*⁶.

Para Lima Vaz, três são os momentos que constituem o *primum notum*, quer dizer, a evidência primeira da reflexão ética: o costume ἔθος, a ação (*práxis*) e o hábito ἦθος-*hexis*):

À medida que o costume é fonte das ações tidas como éticas, a repetição dessas ações acaba por plasmar os hábitos. A *praxis* por sua vez, é mediadora entre os momentos constitutivos do ἔθος, como costume, e hábito, num ir e vir que se descreve exatamente como círculo dialético: a universalidade abstrata do ἔθος como costume inscreve-se na particularidade da *praxis* como vontade subjetiva, e é universalidade concreta ou singularidade do sujeito ético no ἔθος como hábito ou virtude⁷.

Referindo-se a Hegel, Lima Vaz relembra que este círculo dialético pode se resumir na aplicação simples do conceito de *liberdade*, onde aparece a unidade da vontade racional (universal) com a vontade singular. Para Hegel, a diferença entre costume (ἔθος) e a lei (νόμος) se dá no fato de que a virtude se mostra na aplicação do universal ético como vontade subjetiva, ao

²Cf. LIMA VAZ, Henrique C. *Escritos de Filosofia II: Ética e cultura*. São Paulo: Loyola, 1988, p. 12.

³Cf. *Ibd.*, p. 13.

⁴*Ibd.*

⁵*Ibd.*, p. 14.

⁶*Ibd.*, p. 14-15.

⁷*Ibd.*

passo que a *lei* se mostra na forma “da vontade objetiva como poder legiferante válido”⁸. Nesse sentido, pode-se falar que o conteúdo da ação ética é a *lei*:

A passagem do costume à lei assinala justamente a emergência definitiva da forma de universalidade e, portanto, da necessidade imanente, que será a forma por excelência do ἔθος, capaz de abrigar a *praxis* humana como ação efetivamente livre⁹.

Embora pareça contraditório, o exercício e a aplicação das leis se apresentam, para Hegel, como o exercício mais pleno da liberdade, já que a constituição do Estado (*politeia*) nasce do ἔθος da comunidade, elaborado a partir da *praxis* que encontra a sua mais alta qualificação na *virtude política* ou na disposição permanente para o exercício da liberdade sob a soberania da *lei justa*.

O termo *Ética* tem sua origem nesse duplo movimento, caracterizado pela instauração do arbitrário no campo da *praxis* e a sua assimilação pelas leis da *polis*.

1.1.1 Distinção entre *Ética* e *Moral*

No que se refere a uma ciência do *ethos* propriamente dita, a cultura ocidental teve que aguardar até o século VII A.C. O seu aparecimento coincide com a estruturação da civilização helênica e se revela como uma verdadeira “laicização da palavra”, segundo a expressão utilizada por Marcel Détienne¹⁰. O surgimento dessa ciência assinala a passagem do *logos* mítico e sapiencial ao *logos* epistêmico.

A busca de um *logos* que exprime a ordem do mundo segundo a ordem das razões, dando origem à noção de natureza (*physis*) repercutiu também sobre os diversos discursos (*logoi*) que dizem respeito à conduta e ao sentido

⁸Cf. *Ibd.*, p. 16.

⁹*Ibd.*

¹⁰Cf. *Ibd.*, p. 44.

da vida humana. A elaboração do discurso ético em termos sistemáticos iniciou-se por analogia. Por construções metafóricas, os filósofos começaram a aplicar as propriedades físicas do indivíduo às suas qualidades morais, atribuindo ao *fim* do agir ou da conduta uma primazia na ordem das ações, segundo o modelo do *kosmos* ou da ordem da natureza.

Com a fundamentação na unidade do *logos*, “o *ethos* verdadeiro deixa de ser a opinião do consenso ou da opinião da multidão e passa a ser o que está de acordo com a razão (*katà lógon*) e que é, enquanto tal, conhecido pelo Sábio”¹¹.

A crítica socrática do *ethos* fundado sobre a opinião e a justificação do *ethos* segundo a razão é o motivo pelo qual Aristóteles atribui a Sócrates o título de “pai da ética”.

Os primeiros passos em direção à ciência do *ethos* serão dados no campo da reflexão sobre a lei. A passagem do vocábulo *thémis* (lei ordenada por Zeus) ao vocábulo *diké* (justiça segundo a ordem racional do direito) atesta um esforço da sociedade grega em encontrar uma fundamentação racional do agir humano. Através de Sólon, a Justiça se apresenta como imanente ao tempo (identificada a *Cronos*) e emerge “como uma força histórica no horizonte do destino da *pólis*”¹².

A *Diké* torna-se fonte da legitimidade da lei (*nómos*) e, por esta razão, o justo (*dikaion*) será definido como o predicado do verdadeiro cidadão. Ao justo (*anér dikaios*), designado pela justa medida (*métron*) a sociedade opunha o injusto (*anér adikos*) que agia pela insensatez e falta de razão (*hybris*).

A introdução da idéia do Bem operada por Platão ocasionou um novo espaço de inteligibilidade no discurso filosófico sobre o mal. Este, entendido como uma privação (*stéresis*) do Bem. Polo objetivo unificante da *praxis*, a idéia de Bem se une intrinsecamente à noção de virtude (*areté*) ou ao agir plenamente bom (*eu práttein*):

¹¹*Ibd.*, p. 45.

¹²*Ibd.*

A idéia do Bem como fim absoluto e transcendente da vida humana torna-se, assim, o *apex* conceptual, o princípio absoluto ou “anipotético” da ciência do *ethos*. Ela permite fundamentar a racionalidade da *praxis*, mostrando que a sua primazia mensurante com relação ao objeto, segundo o princípio de Protágoras, refere-se, por sua vez, à primazia de uma medida absoluta e perfeita¹³.

Fazendo uma pequena *aporia*, podemos dizer que na sociedade moderna houve uma disjunção do conceito de virtude (virtuoso) da noção de cidadão. O cosmopolitismo das grandes cidades desvinculou o indivíduo de sua relação intrínseca com o Bem da sociedade em que vive. Suas ações não visam o bem-estar daqueles que vivem na *pólis* (cidade) mas o seu bem-estar próprio, dando vazio àquilo que denominamos hoje de individualismo. Esta transformação ocasionou uma depreciação ou mesmo indiferença social em relação ao indivíduo “virtuoso”, já que é mais apreciado aquele que adquiriu, mesmo que por meios ilícitos, os “bens” tidos como valiosos por essa mesma sociedade.

Adolfo Sanchez Vázquez, por sua vez, procura atualizar e aplicar esses conceitos à sociedade atual, apresentando os elementos que distinguem a *Ética* da *Moral*. Para ele, *Ética* não é apenas uma vertente da reflexão filosófica, mas uma ciência de rigor, caracterizada por um discurso próprio (*logos*), contendo objeto e método rigoroso de análise.

Ainda que o autor não faça a distinção minuciosa entre os vocábulos ἦθος (modo de ser) e ἔθος (hábito), operada por Lima Vaz, terminando por reduzi-los a uma única definição identificada com o termo latino *Mores* (costume), ele tem o cuidado de fazer a devida distinção entre *Ética* e *Moral*.

Para ele, *Ética* é a ciência que analisa e reflete sobre os mais diversos costumes e comportamentos humanos. Embora muito próximos no linguajar popular, estes termos apresentam uma distinção etimológica significa-

¹³*Ibd.*, p. 53 (Cf. *Ibd.* nota 72).

tiva: *Éthos* (ἦθος), designando o “modo de ser” ou “caráter” conquistados pelo indivíduo e *Moral*, designando o conjunto de costumes adquiridos pelo hábito (ἔθος).

Resumindo, a *Ética* pode ser definida como a ciência do comportamento moral dos homens em sociedade, tendo como objeto próprio o setor da realidade humana que denominamos “moral”. A *Ética* deve ser vista como uma ciência relacionando-se com outras ciências e que recusa toda e qualquer submissão aos outros campos da reflexão filosófica e das ciências humanas. Segundo ele, a *Ética*, embora partindo de dados empíricos, transcende a simples descrição ou registro de dados. Ela aspira à racionalidade e à objetividade mais completa, proporcionando conhecimentos sistemáticos e, na medida do possível, comprováveis, através de um diálogo constante com as outras ciências; em particular com a psicologia, a sociologia, a antropologia, o direito e a economia política.

Seguindo esta linha de pensamento, podemos lhe perguntar: *E por que não em relação à Teologia?* Neste sentido, passemos ao segundo tópico desta unidade.

1.2 Definição do que vem a ser cristão

Devemos confessar que ficaríamos extremamente surpresos se perguntássemos a um católico ou a um protestante (evangélico) de qualquer denominação (anglicana, luterana, presbiteriana (Calvino), anabatista, pentecostal e de “Cura divina”)¹⁴ qual é a sua identidade substancial, quer dizer, que subjaz a sua expressão religioso-existencial, e ele não nos respondesse que é ser **cristão**.

Sabemos que existe uma série de predicados essenciais que distinguem ou aproximam um luterano de um presbiteriano, um católico de um metodista; no entanto, nenhuma destas denominações existiria se não houvesse algo que as sustentasse.

¹⁴Cf. MENDONÇA, Antonio Gouvêa. Um panorama do Protestantismo Brasileiro atual. In *Sinais dos tempos: tradições religiosas no Brasil*. RJ: ISER, 1989, p. 43-44.

Sem escandalizar ninguém, poderíamos dizer que pertencer a uma ou outra destas denominações é *acidental*, pois o essencial mesmo é ser **cristão**. Alguns são católicos ou protestantes por razões culturais ou existenciais, mas é certo que pelo batismo em uma destas igrejas, e em alguns casos por sua confirmação, assumimos um *modo de ser* que julgamos estar mais próximo do *modo de ser* de Jesus.

Podemos concluir com isso que: existe uma pluralidade ou diversidade de *modos de ser* que têm por paradigma o *modo de ser de Jesus* e que: **ser cristão** é *pressuposto* ao ser católico ou protestante e *denomina* o modo de ser ou de pensar cuja fonte de inspiração se encontra *nos ensinamentos e nos atos de Jesus de Nazaré*, o Cristo, o Filho de Deus vivo.

1.3 Determinação conclusiva da expressão *Ética cristã*

Partindo dos argumentos supracitados, podemos definir a *Ética Cristã* como a *constituição dinâmica* de uma consciência coletiva, cujos valores e atitudes encontram seu embasamento no modo de ser de Jesus e cujo pensamento é capaz de analisar, criticar e conseqüentemente julgar idéias, hábitos, valores e comportamentos em estruturas político-sociais e cuja finalidade é de levar toda e qualquer sociedade ao cumprimento da justiça e à consolidação da felicidade e da paz, tais como foram expressos no discurso inaugural de Jesus (*As Bem-aventuranças*):

Felizes os pobres de coração: deles é o Reino dos Céus.

Felizes os mansos: seu quinhão será a terra.

Felizes os que choram: eles serão consolados.

Felizes os que têm fome e sede de justiça: eles serão saciados.

Felizes os misericordiosos: eles alcançarão misericórdia.

Felizes os corações puros: eles verão a Deus.

Felizes os que agem em prol da paz; eles serão chamados filhos de Deus.

Felizes os perseguidos por causa da justiça: deles é o Reino dos céus.

Felizes sois vós quando vos insultam, vos perseguem e mentindo dizem contra vós toda espécie de mal por minha causa. Alegrai-vos

e regozijai-vos, porque grande é vossa recompensa nos céus: Foi assim, com efeito, que perseguiram os profetas que vos precederam. (Mt 5, 3-12).

Tudo isso nos leva a concluir que: a *Ética Cristã* e a consciência moral que a acompanha estão intrinsecamente ligadas ao anúncio e à busca do Reino de Deus ou do *modo de Deus reinar sobre a terra*, com o qual as *Bem-aventuranças* estão intrinsecamente ligadas: *buscai primeiro o Reino e a justiça de Deus e tudo o mais vos será acrescentado* (Mt 6,33).

Como diz André Myre: É a intuição que Jesus tem de *seu Deus* que governa sua vida e o faz escolher *aqueles aos quais vai falar de Deus* (anunciar a boa notícia aos pobres). Pois bem, é óbvio que Jesus não se dirige a um grupo social ou religioso que se teria preparado de modo especial para receber Deus e que teria as disposições religiosas requeridas para isso, mas a um pequeno resto de gente particularmente piedosa, escolhida dentre uma massa do mundo destinada à perdição. As *disposições interiores nada têm a ver com a escolha de Jesus*; este dirige-se aos pequenos, aos marginalizados sociais, aos enfermos, aos desfavorecidos, à pobre gente vítima da injustiça, a esse tipo de pessoas que não têm esperança alguma nesse tipo de mundo. E a eles anuncia que Deus os ama. É preciso insistir: essa proclamação *nada tem a ver com o valor moral, espiritual ou religioso* dessa gente. Estão exclusivamente baseadas no horror que o *Deus que Jesus conhece* sente pelo estado atual do mundo e na decisão divina de vir restabelecer a situação em favor daqueles para os quais a vida é mais difícil. *Jesus revela Deus, não a vida espiritual de seus ouvintes*¹⁵.

A *Ética Cristã* é, pois, a forma analítica e crítica com a qual os cristãos pensam e agem num movimento dialético constante, onde a tábua de valores que regem sua vida é constantemente reavaliada cada vez que um dado ou

¹⁵MYRE, André et alii. *Cri de Dieu. Espoir des pauvres*. Montréal, 1977 APUD SEGUNDO, Juan Luis. O Profeta do Reino e sua Clave Política. In *A História perdida e Reencontrada de Jesus de Nazaré*: dos Sinóticos a Paulo, São Paulo: Paulus, 1997, p. 151.

um argumento novo é apresentado ao seu conjunto, seja pela vida comunitário-religiosa ou social, seja pelas ciências com as quais é obrigada a dialogar.

2. DESAFIOS

Após termos delimitado a compreensão do que vem a ser *Ética Cristã*, passemos à segunda parte de nossa reflexão que visa responder ao tema propriamente dito: *Desafios à Ética Cristã*.

Três seriam ao meu ver, os níveis de desafios que se apresentam à *Ética Cristã*, a saber: *desafio hermenêutico, desafios internos e, finalmente, desafios externos*.

2.1 Desafio hermenêutico

Este nível de desafio caracteriza-se pela necessidade de se encontrar um denominador comum ou uma compreensão consensual sobre alguns traços fundamentais que determinam o *modo de ser de Jesus*, paradigma dos diferentes modos de ser cristão.

Esta compreensão consensual constitui o que poderíamos chamar de *a priori* ou *desafio hermenêutico* (contra as resistências que não crêem que seja possível esta determinação consensual, vale a pena nos reportarmos ao grande passo que foi realizado recentemente no campo confessional: uma declaração que será assinada no próximo dia 31 de outubro pelo Papa e os representantes das Igrejas Luteranas a respeito da Salvação (vide artigo da *Folha de São Paulo* - Caderno "Folha Mundo" de 19 de setembro de 1999). Entretanto, é sempre bom lembrar que esta determinação consensual do *modo de ser de Jesus* não encontrará sua resolução no campo teórico se não mantiver um vínculo efetivo com a exegese bíblica (estabelecendo quando possível a distinção entre o Jesus pré-pascal e aquele anunciado pelos discípulos após a ressurreição) e o campo da praxis pastoral.

2.2 Desafios internos

Na tentativa de estabelecermos o *modo de ser de Jesus* como paradigma dos diferentes *modos de ser cristão*, é preciso estabelecer um diálogo constante a respeito de questões e fatos polêmicos oriundos de nossa realidade social, a fim de analisá-los sem preconceitos, proporcionando assim, não somente um julgamento procedente quanto uma possível reavaliação de nossas próprias concepções morais, afim de não torná-las anacrônicas ou inconsistentemente dogmáticas. A superação destes desafios se dará com maior facilidade quanto maior for nossa capacidade de olharmos através do olhar do outro, enriquecendo-nos mutuamente desta gama diversificada de perspectivas e experiências religioso-existenciais.

Não se pode esquecer que o diálogo ecumênico, inaugurado pelo Concílio Vaticano II, colaborou para que deixasse de existir em nós, católicos e protestantes, a falsa segurança de que detemos a verdade absoluta das coisas e a presunção de que existe uma única expressão religiosa correta, a de cada um, ao passo que todas as outras estão ou são intrinsecamente erradas. O desafio está em nos permitirmos enriquecer com a experiência do outro, evangelizando mais a partir dos pontos que nos une do que a partir daqueles que nos separam.

Podemos citar como exemplo a pastoral católica dos descasados, que poderia ser enriquecida pela exegese protestante *luterana* a respeito do matrimônio, que em sua prática pastoral e doutrinária admite o divórcio¹⁶.

2.3 Desafios externos

Finalmente, passamos ao *terceiro nível de desafios* que consiste em encontrar *respostas eficazes à desintegração sócio-política* pela qual passa o mundo todo, arrefecida pelo neo-liberalismo, que nos últimos cinco anos alargou o fosso entre ricos cada vez mais ricos e pobres cada vez mais pobres.

¹⁶ Cf. ANTENORE, Armando. Católicos e Luteranos se reconciliam, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 de setembro de 1999, *Folha Mundo*, 1º Caderno, p. 17.

Esta desintegração, afetando particularmente a sociedade brasileira – cuja distribuição de rendas está entre as mais injustas do mundo – escandaliza a *consciência* inspirada no anúncio evangélico do Reinado de Deus, cujo conteúdo tem sido recuperado pela reflexão exegética, pela tradição neo-testamentária e pela experiência de fé das diferentes igrejas.

Sendo assim, urge responder aos efeitos nocivos da globalização e da corrupção generalizada, a partir do *modo de ser de Jesus*, que tem uma relação intrínseca com o anúncio e a efetivação da *forma de Deus reinar*, à imagem de como ele *reina*, a partir de sua *vontade*, no céu (Mt 6, 10).

Paradoxalmente, quando falamos de *Ética Cristã*, vale a pena ressaltar que a nossa colaboração no *apressar* a vinda do Reino é de ordem prementemente *política* e não simplesmente religiosa ou “moral”¹⁷.

Neste sentido, ainda que a Igreja Católica e as Igrejas Luteranas proclamem conjuntamente que se a salvação da humanidade (equiparada à participação no seu Reino) é uma iniciativa divina, não podemos negligenciar, que ela se apoia na colaboração efetiva de cada ser-humano.

Como diz Juan Luis Segundo: A essa óbvia colaboração com Deus para trazer o Reino à terra, que atravessa todos os três sinóticos, pertence também um dado fundamental: a necessidade de deixar tudo *pelo Reino* (= por mim e pelo evangelho, pelo Filho do Homem), o que não teria sentido se esse Reino fosse completamente indiferente ao que o homem faz por ele e por sua chegada¹⁸.

Concluindo

Para aqueles que acreditam na validade, na seriedade e na eficácia de uma *Ética* baseada na espiritualidade cristã, como “fermento” de uma sociedade pluralista e democrática, faz-se necessário estabelecer algumas diretrizes

que tornem capaz a humanização de toda e qualquer sociedade marcada por uma injusta desigualdade social, a exemplo da sociedade brasileira, cuja vida sócio-política é marcada por uma deficiência patológica de âmbito moral.

Bibliografia

- A BÍBLIA TEB. São Paulo: Paulinas & Loyola, 1995.
- LIMA VAZ, Henrique C. *Escritos de Filosofia II: Ética e cultura*, São Paulo: Loyola, 1988.
- MARTINA, Giacomo. *História da Igreja: de Lutero a nossos dias*, v. I, tradução de Orlando Soares Moreira, São Paulo: Loyola, 1997. 262 p.
- MENDONÇA, Antonio Gouvêa. Um panorama do Protestantismo Brasileiro atual. In *Sinais dos tempos: tradições religiosas no Brasil*. RJ: ISER, 1989. 275 p.
- SANCHEZ VAZQUEZ, Adolfo. *Ética*, 5ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- SEGUNDO, Juan Luis. *A História perdida e recuperada de Jesus de Nazaré: dos Sinóticos a Paulo*, tradução de Magda Furtado de Queiroz, São Paulo: Paulus, 1997. 666 p.
- STROHL, Henri. *O pensamento da Reforma*, tradução de Aharon Sapesezian, São Paulo: ASTE, s.d., 251p.
- VVAA. *Sinais dos Tempos: Tradições Religiosas no Brasil*, Rio de Janeiro: ISER, 1989. 144 p.

Pe. Edélcio Serafim Otaviani é Doutor em Filosofia e professor de Ética nas Faculdades Associadas Ipiranga e na Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção

¹⁷Cf. SEGUNDO, Juan Luis, *op. cit.*, p. 142-179.

¹⁸*Ibd*, p. 160.